

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 05 de dezembro de 2018, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão Judicial I, subscrevo.

**SENTENÇA**

Processo nº: **1011458-56.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Sandra Aparecida de Paula Silva**  
 Requerido: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANA CLAUDIA HABICE KOCK**

Vistos.

Trata-se de **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes** propostos por **Sandra Aparecida de Paula Silva** em face de **Ferreira & Ferreira Indústria e Comércio de Estofados Ltda e Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A** alegando, em resumo, que foi surpreendida com a informação de débito em seu nome, decorrente de contrato de financiamento firmado com as requeridas. Entretanto, não contratou qualquer financiamento e as tentativas para uma solução amigável restaram infrutíferas.

Pretende a declaração de inexigibilidade da dívida, bem como a condenação das requeridas no pagamento dos danos morais e demais encargos da sucumbência.

A ré **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A** ofereceu resposta, alegando, como matéria preliminar, ilegitimidade passiva. No mérito, afirma que não pode ser responsabilizada pelos fatos e que inexistente ato ilícito, não havendo, também, dever de indenizar. Pediu a improcedência (fls. 34/48).

A requerida **Ferreira & Ferreira Indústria e Comércio de Estofados Ltda.** apresentou contestação alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva. No mérito,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

aduz, em resumo, que agiu com a cautela necessária por ocasião da contratação e que a responsabilidade por eventual fraude é da instituição financeira. Pediu a improcedência (fls. 92/97).

Houve réplica (fls. 100/101).

**É O RELATÓRIO.****FUNDAMENTO E DECIDO.**

Inicialmente, homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo firmado entre a autora e a requerida Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A (fls. 103/104).

Passo à análise do feito no tocante à ré Ferreira & Ferreira Indústria e Comércio de Estofados Ltda.

Por primeiro, afasta-se a preliminar de ilegitimidade de parte.

Deve ser destacado que a requerida é parte legítima para figurar no polo passivo da relação processual, eis que o contrato de financiamento aqui discutido foi firmado em seu estabelecimento comercial, conforme se extrai do documento juntado às fls. 14/15.

Ademais, nos termos do artigo 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor: *"Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo."*

No mérito, o pedido é parcialmente procedente.

A presunção de estar correta a cobrança cessou no momento em que a consumidora, vulnerável e hipossuficiente, insurgiu reclamando, pois isto transferiu à ré a obrigação de proceder ao minucioso levantamento de modo a não colocar em dúvida o espírito do consumidor.

Observe que, embora afirme regularidade na cobrança, a empresa requerida não apresentou nenhum documento nesse sentido. Limitou-se a tecer



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

alegações genéricas e não produziu nenhuma prova que pudesse afastar os argumentos trazidos na exordial.

Destarte, não logrou êxito a empresa ré em demonstrar a regularidade das cobranças. Sendo assim, razão assiste à autora em pleitear a inexistência de débito.

Os danos morais também restaram caracterizados.

A permanência do nome da parte autora em cadastro de restrição ao crédito, por dívida inexistente, causou injusta lesão à honra, sendo cabível a indenização por dano moral, tendo em vista que para a sua reparação basta a demonstração da lesão e do nexo causal com o fato que a ocasionou, não se cogitando da prova concreta do dano.

O constrangimento e o abalo sofridos pelo requerente, de ter o seu nome negativado irregularmente nos registros dos referidos órgãos constitui causa suficiente para reconhecer o direito à indenização, pois, *"em casos que tais, faz-se desnecessária a prova do prejuízo, que é presumido, uma vez que o dano moral decorre da própria inclusão indevida do nome do autor no cadastro de inadimplentes"* (STJ - AGA 470538/SC. Relator: Ministro Castro Filho).

Com relação ao quantum a ser arbitrado, ressalto que a indenização por dano moral não tem o objetivo de reparar a dor, mas de compensá-la de alguma forma, minimizando os sofrimentos do beneficiário, de modo que fixo referida indenização em R\$ 6.000,00, valor que atende satisfatoriamente aos interesses das partes, compensando o sofrimento e o constrangimento da requerente, que foi obrigada a mover ação judicial para limpar o seu nome, e representando sanção à requerida, de forma que agirá de maneira mais cautelosa quando na busca por lucros adotar medidas que possam prejudicar terceiros de boa-fé.

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para declarar inexigível o valor de R\$ 19.380,00; b) condenar a ré a pagar à parte autora a quantia de R\$ 6.000,00, a título de danos morais, corrigindo-se monetariamente a partir desta data (Súmula 362 do STJ), com a inclusão de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação; c) determinar o cancelamento do apontamento negativo em nome da autora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

Para a fixação da verba da sucumbência, deve-se considerar o Enunciado 14 do Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados): "Em caso de sucumbência recíproca, deverá ser considerada proveito econômico do réu, para fins do art. 85, § 2º, do CPC/2015, a diferença entre o que foi pleiteado pelo autor e o que foi concedido, inclusive no que se refere às condenações por danos morais. Desta forma, as custas e despesas devem ser rateadas entre as partes (art. 86 do Código de Processo Civil).".

Condeno a autora a pagar ao advogado da ré a importância correspondente a 10% da diferença entre o que foi pleiteado e o que foi concedido pelo juiz (R\$ 4.540,00), tudo devidamente corrigido até a data do julgamento.

Condeno a requerida a pagar ao advogado da autora a importância correspondente a 10% do valor total da condenação.

Publique-se e Intimem-se.

Araraquara, 6 de dezembro de 2018.

**ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Juíza de Direito

**DATA**

Em **6 de dezembro de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, escrevi.